

Fatia de graduados inscritos no Bolsa Família dobra, e total chega a 256 mil

2,1% das pessoas que dizem receber o benefício tinham faculdade em 2022, ante 0,9% em 2016

Douglas Gavras

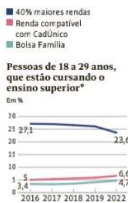
SÃO PAULO Em 2010, a vida de Rejane dos Santos, 41, mudaria para sempre. Ao perder a casa em um temporal em Niterói (região metropolitana do Rio de Janeiro), ela precisou se inscrever no CadÚnico (Cadastro Único), base de dados por meio da qual é possível acessar benefícios, como o Bolsa Família. A família já não ganhava suficiente para se manter e precisou recorrer ao programa. "De uma hora para outra, a vida ficou muito mais difícil e precisamos pedir o benefício, ficamos inscritos até agora, em janeiro, e foi o que nos ajudou. Sempre digo que o Bolsa Família é uma ponte que a gente usa para se estabilizar e seguir em frente". Com o tempo, seu marido, que tinha ensino superior em radiologia, conseguiu ser recontratado. Ela, que está terminando o curso de direito, agora trabalha em uma agência do Banco Acafé, que administra uma escola social de mesmo nome do município fluminense. "Hoje temos casa própria e já conseguimos fazer planos. Nossas filhas, de 15 e 12 anos, sabem que a trajetória não foi

facil e que o diploma não garante tudo, mas elas se espelham em nós. Uma quer estudar medicina e a outra, direito", diz ela. Assim como a família de Santos, o percentual de pessoas com faculdade e que estão no Bolsa Família ou têm renda compatível com o CadÚnico cresceu nos últimos anos. Para estar no cadastro é preciso ter renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos. O levantamento do IMLS (Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social), a partir de dados da Prad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas). Entre as pessoas de 18 a 65 anos que habitam em domicílios que se enquadraram no CadÚnico, cerca de 3,6%, ou 1,6 milhão, tinham ensino superior em 2022. Em 2016, eram 826 mil (2,4%), um aumento de 774 mil. Já entre as pessoas com 18 a 65 anos que declararam ter recebido renda decorrente do Bolsa Família, 2,9% mil (cerca de 2,1% do total) já tinham concluído a faculdade em 2022 — ante 14 mil (0,9%) em 2016, 172 mil a mais.

Em ambos os casos, os maiores aumentos se deram no intervalo de 2019, antes da pandemia, até 2022. Enquanto isso, 28% das pessoas com as maiores rendas tinham ensino superior completo em 2022 — um patamar parecido com o de 2016 (aproximadamente 27,4%). Os anos mais duros de pandemia foram difíceis também no mercado de trabalho, com fechamento de empresas e perda de postos em diferentes segmentos, o que pode sinalizar um aumento de diplomados que necessitarão do programa. Em 2022, das pessoas que declararam receber o Bolsa Família, 38% estavam ocupadas. Das que estavam apenas para o CadÚnico, eram 41,6%, ainda segundo os dados da Prad. Também 62,4% das pessoas que disseram ser beneficiárias do programa estavam na informalidade e 52,5% dos que tinham uma renda menor que o limite compatível com o CadÚnico eram informais. Leandro Rocha (economista do IMLS) e Sérgio Guimarães (diretor de pesquisa do instituto), que compilaram os dados, lembram que a entrada no mercado de trabalho de forma precarizada costuma resultar em uma renda mais baixa. Por outro lado, o acesso ao ensino superior, com destaque para o período até 2019 e 2021, foi facilitado pelo ProUni (de bolsas de estudo), o aumento no número de universidades públicas e a Lei de Cotas (2012).

Eles acrescentam, ainda, que o impacto causal do Bolsa Família sobre o ensino superior ainda não foi mapeado em profundidade pela literatura. Para Aparecida Carvalho de Souza, 53, entrar no Bolsa Família trouxe a chance de voltar a estudar. "Com os R\$ 600, consigo pagar a mensalidade da faculdade de serviço social, de R\$ 124, e ainda sobra para comprar alimentos e pagar as contas", calcula a moradora de Santo André, no ABC Paulista. Ela, que colabora há 13 anos com grupos que auxiliam pessoas com HIV, quer usar a futura formação para prestar um concurso e continuar participando dos projetos. "Às vezes, as pessoas só precisam de uma palavra e de empatia. Quando têm mais informação, elas começam a enxergar o outro de forma diferente".

Universitários no Bolsa Família



* A coleta dos dados de 2020 e 2021 foi prejudicada pela pandemia. Fonte: Prad-Continua (IBGE)

Assim como Souza, muitos beneficiários aproveitaram o recurso mensal — e a possibilidade de ter a compra de bens básicos resolvida — para avançar nos estudos.

Entre os jovens de 18 a 29 anos residentes em domicílios onde alguém recebe o Bolsa Família, 431 mil (4,7%) estavam cursando o ensino superior em 2022, ante 256 mil (3,4%) nessa situação em 2016.

Para aqueles jovens pertencentes a famílias com renda similar ao público típico do CadÚnico, esse percentual passou de 5% (672 mil) para 6,6% (874 mil) no mesmo período. "Se olharmos o percentual desses jovens de 18 a 29 que estão cursando faculdade, perceberemos um aumento que mostra um investimento corrente em educação", diz Guimarães.

Os pesquisadores ponderam que, embora a abrangência da Prad permita analisar questões de trabalho e educação, por se tratar de uma pesquisa amostral, quanto mais fino o recorte, menor é a precisão.

Ademais, os dados de 2020 e 2021 não puderam ser usados pela ausência na pesquisa do suplemento "outros rendimentos", que permite dimensionar a renda domiciliar e se a pessoa recebe Bolsa Família. Já o CadÚnico tem dados disponíveis até 2018, que mostram que 2,4% dos cadastrados frequentaram o ensino superior. O cadastro, no entanto, não separa os que concluíram o curso daqueles que apenas frequentaram a faculdade. Também não mostra a área de ocupação do cadastrado.

Ainda assim, os números apontam que a taxa de ocupação é mais alta para aqueles que frequentaram o ensino superior: 48,9% ante 35,2% para os que não fizeram faculdade. Entre os universitários, a informalidade também é mais baixa: 43,8% ante 85,6% entre aqueles que não frequentaram.

"Minha filha fala em estudar desenho, gastronomia ou nutrição; meu filho é jovem aprendiz em uma empresa, mas ainda não fala em faculdade", conta Claudia Neves de Souza, 44, moradora da zona norte de São Paulo. Ela mesma aproveita que a vida ficou mais organizada após participar do Bolsa Família e quer começar a estudar pedagogia neste ano. Desde 2017, Souza passou a trabalhar em um serviço de acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade, um emprego que também a acolheu. "Se me perguntassem há uns cinco anos o que queria fazer, não saberia dizer. Cuidar das crianças e ter contato com pessoas com vivências tão diferentes me ajudou a perceber que estava em uma relação abusiva. Decidi me separar, terminar os estudos e reescrever o meu destino".



Aparecida Carvalho de Souza, 53, de Santo André (SP) usa o Bolsa Família para pagar a mensalidade da faculdade de serviço social. (Jornal da Folha)

Haddad está mal informado e Perse custa R\$ 6 bi, diz associação

Mariana Desidério

SÃO PAULO O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), está mal informado sobre o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), declara Doreni Caramoni, presidente da Abrape (Associação Brasileira dos Promotores de Eventos). O Perse entrou na mira do governo federal, que afirma que o programa custou R\$ 17 bilhões em 2023. A previsão inicial era de um custo de cerca de R\$ 4 bilhões. Pelas contas do setor, o programa custa cerca de R\$ 6 bilhões, diz a associação. O governo suspeita de que o programa tenha sido usado para lavagem de dinheiro, Caramoni diz que o setor não compacta com o mau uso do programa, mas o diálogo. "Ninguém quer que

use mal. Agora, sem conversar é difícil, disse. "Entendo que a gente precisa desmistificar alguns equívocos que provavelmente passaram ao ministro e que o deixaram mal informado. Ele fala que o programa foi criado para dois anos e foi prorrogado. Não é verdade. O programa desde sempre foi de cinco anos. Faz parte de um grande acordo social que se fez. O setor parou em nome da saúde de todos", afirmou o presidente da Abrape. "Segundo, no que se refere ao número, tem se falado muito no número de R\$ 17 bilhões. O setor não conhece esse número, todos os estudos de fato pelo setor não mostram que esse programa não custa mais do que R\$ 6 bilhões por ano. E esse número foi feito a partir das próprias previsões

da Receita", complementou. Quanto à possibilidade de mau uso do programa, Caramoni disse que "o setor não tem nenhum tipo de compromisso com abuso". "Se está havendo mau uso, o mau uso precisa ser colhido. Quem tem as ferramentas para punir eventuais problemas é a própria Receita, o setor não consegue ter acesso a isso. Ninguém aqui está querendo

atender a quem não merece. O que não dá é para esquecer que as empresas ficaram para trás dois anos, que as empresas tomaram dívida para sobreviver e que havia um compromisso do Estado brasileiro, feito pelo Congresso Nacional, de que durante cinco anos haveria esse tipo de apoio para que as empresas pudessem saldar seu endividamento".

Ao rebater Haddad, o presidente da Abrape falou do endividamento do setor. "O nível de endividamento do setor é gigante. Mas por que o setor continua crescendo e investindo? Porque o Perse ajudou. As divisas com o Unifon foram parceladas em até 12 anos. O setor conseguiu um crédito razoavelmente barato durante a pandemia. Isso tudo permitiu que o setor programasse o pagamento da sua dívida. O que vai acontecer, caso uma medida dessa avance, é que o setor vai perder a capacidade de pagar a dívida equacionada. E nos próximos anos voltará a boia de novo de endividamento".

Sobre a relação com o governo, Caramoni foi direto: "O ministro marcou uma reunião e depois cancelou. A gente está

na expectativa de ouvir os números. Nós esperamos que, por vontade dele ou por vontade do Congresso, a gente consiga ter acesso a esses números para justamente poder entender onde a desinformação é dele, e onde é nossa".

E concluiu: "Eu acho legítimo: o ministro melhorar a eficiência dos programas e reduzir custos. Na minha opinião, o errado aí está a forma. Primeiro, porque ele está construindo em cima de números que o setor não conhece. Nem o setor, nem o Congresso. Segundo, que ele foi construído sem consenso. O ministro disse que tem irregularidades. O que é o normal? Chamar o setor e dizer: 'Olha pessoal, tem gente usando mal. A gente mesmo iria querer ajustar. Ninguém quer que use mal. Agora, sem conversar é difícil'".

“O ministro marcou reunião e depois cancelou. Esperamos que, por vontade dele ou do Congresso, a gente tenha acesso a esses números para entender

Doreni Caramoni, presidente da Abrape